

## **UNIDADE DIDÁTICA I – O SURGIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO E A EXPANSÃO MARÍTIMO-COMERCIAL IBÉRICA**

### **1. O MERCANTILISMO: IDEIAS E PRÁTICAS ECONÔMICAS DOMINANTES NA EUROPA**

O mercantilismo, um dos componentes que integrava o chamado “Antigo Regime”, sistema que vigorava na Idade Moderna (séculos XV-XVIII), consistia em um conjunto de práticas e ideias econômicas adotadas por países europeus, onde o Estado intervinha de diferentes formas na economia. Tinha o intuito de fortalecer o poder do Estado sobre os poderes locais e, em particular, sobre o sistema feudal, remanescente da Idade Média, por intermédio da movimentação financeira, proveniente principalmente do comércio. Uma das práticas de maior relevância naquele momento era “exportar mais que importar”. Para tal foi estabelecido o protecionismo alfandegário (impostos sobre as importações), com a finalidade de se comprar barato e vender caro, praticando o que poderia ser chamado de balança comercial favorável.

Este sistema econômico baseava-se na quantidade de metais preciosos que o Estado acumulava, advindos do território da Nação ou até mesmo de fora dela, como no caso daqueles Estados que possuíam colônias. O sistema colonial tornou-se uma das principais ferramentas do mercantilismo, pois proporcionou sua manutenção e duração. Quando iniciou o processo de esgotamento dos metais extraídos do próprio solo, os Estados se voltaram para a exploração de suas colônias. Os territórios coloniais foram também responsáveis pelo enriquecimento do Estado através da exclusividade de exploração dessas regiões. Em suma, a circulação desses metais (ou dessas moedas) é que definia o quão rico era o país. Este tipo de mercantilismo – conhecido por metalista, posteriormente apresentou deficiência em relação à produtividade agrícola, onde a estagnação da produção gerou a escassez de alimentos, associado ao alto crescimento populacional.

A indústria interferiu diretamente na economia dos estados europeus, se não naquele momento, mas logo adiante pela ausência de investimentos na área industrial por parte da maioria dos países da Europa que praticavam o mercantilismo metalista. O próprio esgotamento de metais, até mesmo os transferidos das colônias, foi um dos fatores que compôs a crise do mercantilismo metalista.

Outra prática econômica mercantilista adotada foi o monopólio comercial, também chamado de “Mercantilismo Comercial ou Industrial”. Os países detinham exclusividade para comercializar alguns produtos em seu território e em suas colônias. O monopólio podia ser praticado pelos países ou concedido a terceiros, como a Holanda, onde surgiram empresas como a Companhia das Índias Orientais (e posteriormente a Companhia das Índias Ocidentais). Foi o momento do investimento na indústria naval, setor de grande relevância no período.

A pirataria executada por algumas nações, principalmente pela Inglaterra, que praticava uma política de proteção de seus corsários, por meio das denominadas “cartas de corso”, atingiu diretamente a prosperidade econômica de outros Estados. Dentre os mais atingidos encontravam-se Portugal e Espanha, que transportavam com regularidade os metais de suas colônias para Europa.

Cabe salientar o favorecimento que esse conjunto de práticas econômicas proporcionou aos ingleses, fato que posteriormente os levaria a condição de potência absoluta com a Revolução Industrial, em função do acúmulo de riqueza que terminaram por dispor para investimento na indústria.

## **2. O ABSOLUTISMO E A FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO NA EUROPA**

O absolutismo foi a prática política adotada na Europa durante o Antigo Regime, por cerca de três séculos (séculos XV, XVI e XVII). Nesse período os poderes políticos estavam concentrados nas mãos de um único homem, o rei, constituindo o chamado “poder absoluto”. Foi a centralização do poder na figura de um homem.

Os atritos entre as classes sociais que conviviam no Estado e a questão religiosa, que dividiu a Europa em católicos e protestantes, fragmentando o Estado, criaram um ambiente de hostilidade e o cenário ideal para efetivação do poder absolutista. O caso francês é uma boa ilustração para esse debate, pois o rei concedia favorecimento para grupos de acordo com os interesses de cada classe e os seus próprios.

O maior expoente do sistema político absolutista foi, sem dúvida, Luís XIV da França, o Rei Sol. O Rei tinha intenções expansionistas e desenvolveu mecanismos de controle nas diferentes esferas de poder: a política, a econômica e a social.

Outro bom exemplo da centralização de poder foi o caso inglês, com a dinastia dos Tudors. Nesse caso, o rei Henrique VIII concentrou ainda mais o poder em suas mãos, tornando-se também chefe da Igreja Anglicana, fundada por ele mesmo quando rompeu com a Igreja Católica, por ela não ter permitido seu divórcio, e nem seu novo casamento.

Esse foi o momento de ascensão da economia inglesa. Nas mãos da Rainha Elizabeth (filha de Henrique VIII), o Estado inglês obteve grandes lucros, atuando de diversas formas: tráfico negreiro, o incentivo à manufatura e à indústria naval, o protecionismo – através do aumento de impostos sobre importações – e também a pirataria apoiada pelos corsários ingleses.

O Estado moderno nasceu da necessidade de esclarecer as leis e as fazer valer para todos. Os interesses burgueses influenciaram diretamente o surgimento do Estado-Nação moderno, onde era necessário que o mercado se tornasse competitivo e afastasse os privilégios obtidos pela nobreza, forma de organização vigente durante a Idade Média. Essa era uma necessidade imposta pelo sistema mercantilista que agora vigorava. Ao mesmo tempo em que foi necessário ao soberano o apoio financeiro dos burgueses, vieram do Império Romano as noções de direito que validaram a burocratização do Estado moderno e a figura absoluta do rei.

Segundo Bobbitt<sup>1</sup>, foi nesse contexto de novas práticas econômicas, políticas e, ainda, dos conflitos que surgiu a necessidade de modificar a concepção de Estado para aquela que conhecemos hoje: a de Estado Moderno. Não mais serviam os cavaleiros da Idade Média. Era necessária uma maior segurança aos Estados, a burocratização e a profissionalização das ações do Estado.

### **3. A EXPANSÃO MARÍTIMA E O PIONEIRISMO PORTUGUÊS**

A expansão marítima surgiu da necessidade de ampliar a possibilidade de contato da Europa com o Oriente, procurando quebrar o monopólio italiano e o muçulmano. Nesse sentido, a associação dos burgueses aos reis foi de suma importância. O capital financiador da expansão viria dos burgueses que tinham

---

<sup>1</sup> BOBBIT, Philip. Dos Príncipes aos Estados Principescos: 1494-1648. In: \_\_\_\_\_. A Guerra e a Paz na História Moderna: O Impacto dos Grandes Conflitos e da Política na Formação das Nações. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

interesse direto na formação e no fortalecimento do Estado para que seu lucro com as atividades comerciais aumentasse. A burguesia já visualizava o surgimento de novos mercados – o capitalismo nascente.

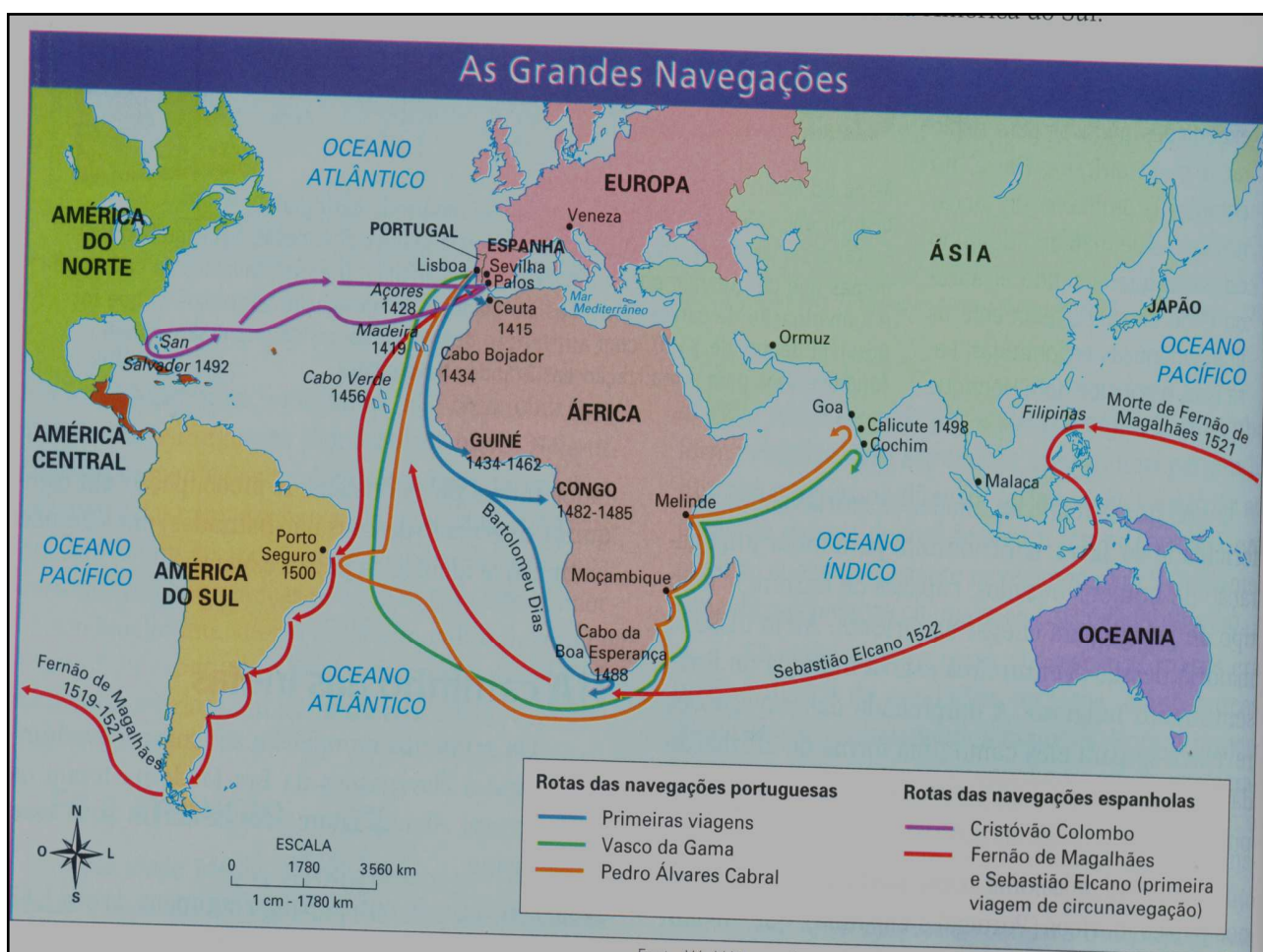
Pontos importantes a serem vistos são as modificações na mentalidade da sociedade europeia do século XV, oriundas dos questionamentos surgidos do renascimento, como o próprio formato da Terra e as novas invenções (instrumentos de navegação, por exemplo). As técnicas e questionamentos da ciência influenciaram diretamente o expansionismo marítimo. O cunho religioso foi atribuído às grandes navegações, pois os europeus visualizam a possibilidade de arrebanhar adeptos para o cristianismo, eliminando ou minimamente reduzindo a influência das demais religiões sobre os povos. Foi o início de uma longa batalha travada principalmente entre Ocidente e Oriente, que pode ser observada ainda nos dias atuais. Segundo Arruda (2007), a expansão marítima já teria ocorrido em função da crise provocada pela prática mercantilista e sua manutenção.

(...) a expansão marítima e comercial dos tempos modernos – que seria chamada mais tarde de *Revolução Comercial* – foi, sobretudo, resultado da crise de crescimento europeia. Tal crise, como vimos, tinha sua origem na inadequação entre duas formas de produção distintas e antagônicas: a feudal em transformação e a capitalista-mercantil em formação (Arruda, 2007: 165).

Aspecto relevante nesse novo rumo econômico das nações europeias que se lançavam às conquistas foi o alto custo das navegações, seja com embarcações, com pessoal ou com os naufrágios não raros. Para que o expansionismo tivesse sucesso era necessário o empenho ou, minimamente, o desejo da maioria das classes sociais, visto que os recursos eram provenientes do Estado, que deveria ser forte e centralizador. Estes pré-requisitos retardaram as grandes navegações de algumas nações e beneficiaram outras, como o caso espanhol e português.

A criação da Escola de Sagres por Dom Henrique, no século XV, visava aos estudos náuticos e contava com especialistas em diversas áreas da ciência – o que demonstrava uma ruptura com o teocentrismo da Idade Média, o que facilitou as posteriores expedições marítimas portuguesas. A própria posição geográfica (cercada por terra pela Espanha) e a experiência no mar privilegiavam Portugal, tornando o país pioneiro nas grandes navegações.

O foco dos portugueses era encontrar um novo caminho que os levasse às Índias (leste da Ásia). Logo iniciaram as conquistas portuguesas: Ceuta (1415), Ilha da Madeira (1418-1419), Ilha dos Açores (1427-1428) e muitas outras, de acordo com as rotas das navegações, conforme o mapa abaixo:



MAPA 1 – As Grandes Navegações

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A<sup>2</sup>.

Mas o principal objetivo somente seria alcançado em 1498, por Vasco da Gama. Naquele momento, as valiosas especiarias (o monopólio desse comércio passou a ser português) entrariam no Ocidente sem ser por intermédio dos

<sup>2</sup> ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e do Brasil**. 13.ed. São Paulo: Ática, 2007

muçulmanos e os italianos, gerando altos lucros para os portugueses, que iniciaram a construção de seu império colonial, que se efetivou com as conquistas de cidades na entrada do golfo Pérsico por Afonso de Albuquerque.

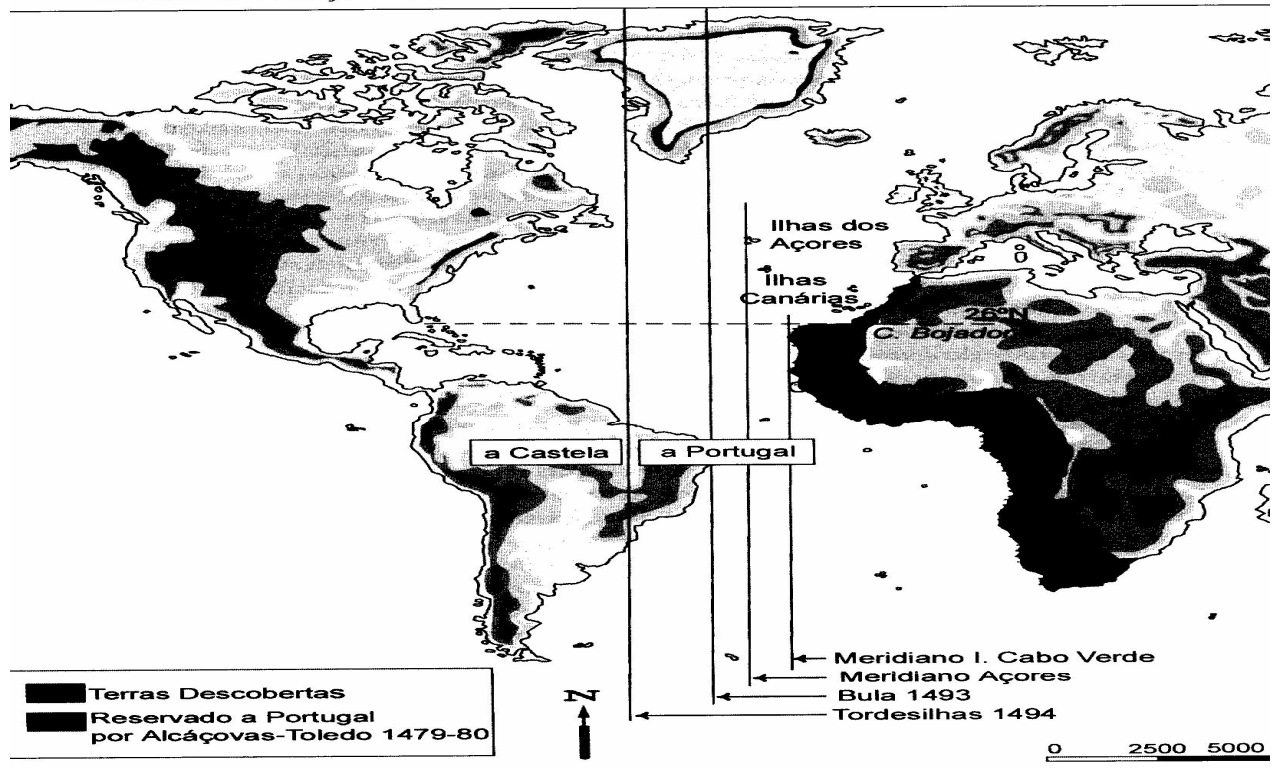
Seguido da conquista ou “descoberta” da Ásia, deu-se a da América, em 1492. A sua efetiva colonização ocorreu por volta de 1530, em função das demais nações europeias, que já atentavam para a importância desse continente. França e Inglaterra lançaram-se posteriormente às grandes navegações, chegando principalmente à atual América do Norte em meados do século XV.

Em 1492, surgiu a Espanha unificada, que teve sua fase de grandes navegações iniciadas com o Cristóvão Colombo, seguido de Vasco de Balboa, que cruzaram a América Central e chegaram ao Pacífico.

Naquele momento, teve início a disputa entre Portugal e Espanha pela posse das terras descobertas por seus navegadores. Ambos os países católicos recorreram ao poder temporal do Papa (que era espanhol), para que fosse resolvido o conflito. As bulas papais não obtiveram sucesso. Observamos aqui provavelmente, como indicam autores como Arruda (2007) e Campos (2008), o primeiro acordo diplomático instituído: o Tratado de Tordesilhas (1494). Ocorreu, ali, a divisão do mundo entre Portugal e Espanha, como se pode observar no mapa da página seguinte.

Através dessa linha imaginária, as terras foram divididas da seguinte forma: a oeste da linha, terras espanholas e a leste da linha, terras portuguesas. O Tratado de Tordesilhas não foi respeitado pelos demais países europeus, que iniciaram tardiamente suas navegações.

Tratado de Alcáçovas, Bula Inter Caetera e Tratado de Tordesilhas.



MAPA 2 – Tratado de Tordesilhas

Fonte: CAMPOS, Flávio D.<sup>3</sup>

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Victor. Introducción a los orígenes y transformaciones del Estado-Nación. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. V. 8, jan-abr. 2002. pp. 237-246. Disponível em: <[www.revele.com.ve/pdf/reveecciso/vol8-n1/pag237.pdf](http://www.revele.com.ve/pdf/reveecciso/vol8-n1/pag237.pdf)>. Acesso em: 24 nov 2008.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

BOBBIT, Philip. Dos Príncipes aos Estados Principescos: 1494-1648. In: \_\_\_\_\_. **A Guerra e a Paz na História Moderna: O Impacto dos Grandes Conflitos e da Política na Formação das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CAMPOS, Flávio D. Tratado de Tordesilhas. In: MAGNOLI, Demétrio. **História da Paz**. São Paulo: Contexto, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no Contexto da História Ocidental**. 8. ed. São Paulo: Atual, 2003.